

PROVÍNCIA ECLESIAÍSTICA DE VITÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

NOTA DO SUB-REGIONAL LESTE 2 SOBRE AS ELEIÇÕES 2020

“Quero ver o direito brotar como fonte
e a justiça qual riacho que não seca”. (Am 5, 24)

A Palavra do profeta Amós dirigida aos homens e mulheres de sua época, na defesa dos mais pobres e esperando ver brotar a justiça e o direito, é muito pertinente nos dias atuais, principalmente, quando estamos na iminência das eleições municipais e temos a oportunidade de pensar as cidades que queremos para nós e para as gerações futuras.

O profeta Amós exorta as autoridades para governarem com justiça, denunciando a opressão imposta aos mais pobres e excluídos. Ele associa o agir dos governantes ao agir divino, ensinando que os compromissos dos mesmos devem se espelhar nos compromissos advindos da Aliança de Deus com o seu povo. Posto que a justiça proveniente da Lei divina é a manifestação do amor de Deus pelos seus filhos e filhas.

O profeta ainda ensina que os governantes devem orientar-se pela Lei de Deus, agindo com justiça para construir um mundo novo, uma sociedade nova, que reflita na terra as relações do Reino de Deus, para que todos tenham vida plena e com dignidade.

A força da Palavra profética vem ao nosso encontro e nos interpela neste momento diferente da história da humanidade, quando nos encontramos imersos em uma crise sanitária, econômica e política, com muitos desafios a serem superados.

Inspirados pelos profetas, pelos valores Evangélicos, pelos princípios de São Francisco de Assis e pela vida de Santa Dulce dos Pobres, a Igreja não pode relativizar o quadro político, social, econômico e ecológico em que vivemos com a chegada da pandemia de covid-19. A pandemia acirrou o cenário que já se apresentava de desigualdades sociais, provocando uma crise econômica mundial, intensificando a miséria, que se faz ver claramente no quadro alarmante da fome e da inexistência de teto para todos. Somando ainda a estas dramáticas consequências nota-se o incremento das políticas do ódio e da violência, o aprofundamento de práticas racistas, xenófobas, homofóbicas, machistas e de aniquilamento das políticas sociais.

O processo eleitoral em curso exige de nós, católicos, uma avaliação criteriosa dos candidatos e candidatas, suas histórias e suas propostas, porque o voto tem consequências políticas, sociais, culturais, econômicas, ambientais. Assim, as eleições municipais que se aproximam são uma oportunidade para encontrar caminhos que ajudem os municípios a superarem o momento difícil que atravessamos como cristãos e cidadãos. Pois, todos somos responsáveis pelos candidatos que escolhemos e corresponsáveis com o que será feito, passadas as eleições, em nossos municípios.

Tradicionalmente, no período eleitoral, a Arquidiocese de Vitória e as Dioceses de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus apresentam aos fiéis materiais com

orientações práticas para a escolha de candidatos e candidatas. Tais orientações estão sempre em comunhão com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que nos ensina que “a política é a forma mais sublime de exercer a caridade”. A fim de que a escolha dos candidatos seja baseada nos valores do Evangelho e no compromisso com a construção do bem comum. Ainda durante o período eleitoral faremos a divulgação da Cartilha de Orientação Política 2020, com a produção de material próprio para divulgação nas redes sociais.

Como pastores e administrador diocesano destas Igrejas Particulares do Estado do Espírito Santo, provocados pela Palavra de Deus e confrontados pelo cenário social, político, econômico e ecológico, dirigimo-nos às (os) fiéis da Província Eclesiástica do Espírito Santo com algumas reflexões que julgamos importantes para o discernimento do voto consciente, fruto do nosso compromisso batismal.

1 – A verdade e o bem comum – O debate eleitoral deve ser feito a partir de propostas concretas que visem o bem estar de toda a população, e não apenas de um grupo específico. Não cabe em uma disputa eleitoral cidadã a mentira, o ódio e a intolerância. Nós, cristãos, temos compromisso com a verdade e com o cuidado do outro. Devemos rejeitar as notícias mentirosas, os discursos de ódio e as práticas de racismo, intolerância e criminalização da pobreza. Não é possível que católicos votem em candidatos que alimentam e fortalecem políticas do ódio, difundem notícias falsas e que sobrevivem às custas da violência que os mais pobres enfrentam todos os dias.

2 – A liberdade e a democracia – A democracia foi conquistada no Brasil com o sangue de muitos irmãos e irmãs nossos, tendo sido a Igreja uma de suas protagonistas. Não podemos abrir mão de nossa liberdade de pensar, de falar e de votar. Da mesma forma que não podemos abrir mão da participação nos mandatos executivos e legislativos por meio de canais e instrumentos, já previstos em lei e outros, que precisam ser apresentados pelos candidatos. Qualquer proposta política que ameace a democracia deve ser rejeitada pelos cristãos católicos e os candidatos comprometidos com a democracia devem apresentar propostas concretas que viabilizem a escuta e a participação popular ao longo de seus mandatos.

3 – Solidariedade e enfrentamento à fome – A pandemia de covid-19 acirrou o cenário que já se apresentava das desigualdades sociais no país. A renda dos ricos aumentou e a dos pobres diminuiu, com a desvalorização do salário mínimo e a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores e trabalhadoras. No momento em que o país bate recordes de produção de grãos, a cesta básica fica mais cara, aumentando o flagelo da fome. Neste contexto surgem candidatos que se utilizam da miséria dos pobres para efetuarem a sua promoção política pessoal. Estes candidatos não merecem ser eleitos. Diante da fome, as campanhas assistenciais são necessárias, contudo, a fome precisa ser enfrentada com propostas concretas de políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais, gerando emprego e renda.

4 – A chaga da corrupção – A corrupção é uma praga que corrói o tecido político e social do país, sendo uma das causas da miséria que se abate sobre o povo. Nos últimos anos, as eleições foram pautadas pelo enfrentamento à corrupção, mas, apesar de alguns poucos avanços, há muito o que se fazer. Pouco tem sido dito ou feito sobre o enfrentamento à corrupção no país, como se ela estivesse acabada. Muitos, que em um

passado recente faziam discurso de enfrentamento à corrupção, estão hoje emudecidos, fazendo vistas grossas, como se a corrupção estivesse acabada no país. Mas ela está aí, com práticas cada vez mais explícitas e hediondas, inclusive se manifestando ao longo do processo eleitoral. Há muitos candidatos que sequer sabem as atribuições de vereadores e de prefeitos. Para se enfrentar a corrupção não podemos alimentar a troca de favores, votar atendendo a vontade de quem ocupa lugares de comando ou dos que se apresentam como pessoas acima do bem e do mal. O critério fundamental para se combater a corrupção é efetuar um voto ético, que defende a justiça social e o bem comum.

5 – A missão do leigo (a) e da hierarquia – A CNBB enfatiza que “o político católico atua em torno dos valores humanos recebidos da tradição cristã. Não é a Igreja-instituição que atua politicamente, mas homens e mulheres com compromissos cristãos” (Cartilha de Orientação Política 2020). Por isso, a Igreja proíbe a candidatura ou a participação político-partidária dos padres, reservando esta missão para os leigos (as), de maneira que os padres devem evitar apresentar-se como candidatos, apoiar ou participar de atividades de candidatos (as) ou partidos durante o período eleitoral. Da mesma forma, orienta os leigos (as) que disputarão as eleições a se afastarem das atividades litúrgicas e pastorais durante o período eleitoral, devendo retornar às mesmas após as eleições, qualquer que tenha sido o resultado.

Finalmente, convocamos todos os católicos a refletirem e assumirem o voto consciente nas próximas eleições para que, iluminados pela Palavra de Deus, contribuamos com a construção de municípios mais humanos e mais justos. Que a graça e a sabedoria divina nos guiem e o amor de Cristo, pelos mais pobres, nos inspire na escolha dos candidatos (as). Que cada um dos cristãos e cristãs assumam, com a coragem de discípulos missionários e cidadãos, o direito de votar de forma consciente, comprometidos com a construção de uma sociedade justa e democrática, segundo os valores do Evangelho. Que a Virgem da Penha nos acompanhe e nos auxilie nesta importante missão.



Dom Frei Dario Campos, ofm

Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo



Dom Joaquim Wladimir Lopes Dias

Bispo Diocesano de Colatina



Dom Paulo Bosi Dal'Bó

Bispo Diocesano de São Mateus



Padre Walter Luiz Barbiero Milaneze Altoé

Administrador Diocesano de Cachoeiro de Itapemirim